



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

MARIA ESTER PEREIRA MIRANDA

**A (DES)CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS RACIAIS NO
CONTEXTO DA LEI 10.639**

Brasília – DF

2015

MARIA ESTER PEREIRA MIRANDA

**A (DES)CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS RACIAIS NO
CONTEXTO DA LEI 10.639**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Professor Orientador: Msc. Diana Mara Gerber

Brasília – DF

2015

Miranda, Maria Ester Pereira

A (des)construção de esteriótipos raciais no contexto da Lei. 10.639 / Maria Ester Pereira Miranda. – Brasília, 2015.

41 f. : il.

Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Faculdade de Psicologia - EaD, 2015.

Orientadora: Prof. Diana Mara Gerber
Departamento de História.

1. Estereótipos. 2. Relações étnico-raciais. 3. Lei. 10.639. I. Título.

MARIA ESTER PEREIRA MIRANDA

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do (a) aluno (a)

Maria Ester Pereira Miranda

Msc. Diana Mara Gerber
Professora Orientadora

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti
Professora-Examinadora

Brasília, 14 de Novembro de 2015

Dedico ao meu esposo meu companheiro, sempre me incentivando para realização dos meus ideais.

Agradeço primeiramente a Deus por sempre me confortar todos os momentos da minha vida.

A minha orientadora Msc Diana Mara Gerber.

Agradeço minha amiga Andréia Santos, por todo incentivo e ajuda, sem palavras para agradecer esta pessoa linda.

A diretora da Escola Classe 1 Inca 08 de Brazlândia Cristiane Aparecida Medeiros e a Vice-Diretora Claudete Rossi.

Aos professores Marcos Lopes, Professora Cleubiana e Professora Lucinete que colaboraram me ajudando neste trabalho.

E a todos meus amigos que direta ou indiretamente fizeram parte deste momento, o meu muito obrigada.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela

RESUMO

Este projeto de intervenção local, realizado em uma turma do 5º ano do ensino fundamental, investigou a inserção de conteúdos étnico-raciais no contexto da Lei 10.639/2003 e a sua contribuição para a desconstrução de estereótipos raciais no ambiente escolar, envolvendo a realização de atividades com os alunos e alunas, buscando a reflexão e valorização da diversidade racial. A metodologia utilizada aliou uma abordagem com procedimentos de intervenção que procurou favorecer condições para apresentar os conteúdos de forma que cada etapa se complementava. Desta forma, foi utilizada a contação de histórias, questionário, dinâmica do espelho e desenho, todas atividades embasadas no foco da cultura negra em sala de aula. Os resultados obtidos com a intervenção permitiram perceber a existência de lacunas quanto ao conhecimento que os alunos e alunas possuem sobre a História da África e Cultura Afro-Brasileira, conhecimento esse muitas vezes ligado a poucos aspectos da cultura e sobre o sofrimento de negros e negras durante a escravidão. Outro aspecto observado, por meio das atividades de intervenção, foi a existência de práticas preconceituosas em sala de aula, muitas vezes apresentadas em forma de apelidos que revelam os estereótipos a qual a população negra é constantemente vinculada. A atividade do desenho permitiu captar nas crianças negras a afirmação ou negação de suas identidades raciais, bem como avaliou a capacidade das crianças não negras em expressar a aceitação ou não da identidade racial do outro.

Palavras-chave: 1. Estereótipos. 2. Relações étnico-raciais. 3. Lei. 10.639

ABSTRACT

This local intervention project carried out in a class of 5th grade of elementary school, investigated the inclusion of ethnic and racial content in the context of Law 10,639/2003 and its contribution to the deconstruction of racial stereotypes in the school environment, involving the realization of activities with pupils and students, seeking the reflection and appreciation of racial diversity. The methodology choosed has combined an approach to intervention procedures that promoted conditions to display the contents, so that each stage was completed. Therefore, we used the storytelling, questionnaire, mirror dynamics, and drawings; all activities based on black culture in the classroom. The results obtained with the intervention allowed realize the gaps in the knowledge that pupils and students have of the African History and Afro-Brazilian culture. That knowledge is often turned on a few aspects of culture and about the suffering of black men and women during slavery. Another aspect observed, through the intervention activities, was the existence of prejudice practices in the classroom, often presented in the form of nicknames that reveal the stereotypes to which the black population is constantly linked. The activity of design allowed to figure out in black children the affirmation or denial of their racial identities, and evaluate the ability of non-black children to express acceptance or not of racial identity of the other.

Keywords: 1. Stereotypes. 2. ethnic-racial relations. 3. Law. 10.639

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Capa do livro.....	32
Figura 2: Autorretrato 1.....	34
Figura 3: Autorretrato 2.....	35
Figura 4: Autorretrato 3.....	35
Figura 5: Autorretrato 4.....	35
Figura 6: Autorretrato 5.....	36
Figura 7: Autorretrato 6.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Informação se sabe sobre escravidão no Brasil.....	28
Gráfico 2: Informação sobre personagens negros	29
Gráfico 3: Informação sobre cultura dos negros	29
Gráfico 4: Informação sobre apelidos para os negros	30
Gráfico 5: Informação sobre terem sofrido preconceito.....	30
Gráfico 6: Informação sobre o ensino da cultura negra.....	31
Gráfico 7: Informação se acham que há racismo na sala de aula	31
Gráfico 8: Resultado da atividade do desenho	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – DA CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	16
1.1 A Lei nº 10.639/2003 no contexto da diversidade em sala de aula.....	16
1.2 Formulação do Problema	17
1.3 Objetivos Geral e específicos.....	18
1.5 Justificativa	18
CAPÍTULO II – REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 Diversidade racial na educação brasileira	20
2.2 Era uma vez.....	22
CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO METODOLÓGICA	24
3.1 Métodos e Técnicas de Pesquisa	24
3.2 Caracterização da organização, setor ou área.....	24
3.3 População e amostra ou participantes do estudo	25
3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa	25
CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1 Contação de histórias	27
4.2 Questionário	28
4.3 Felicidade não tem cor	31
4.4 O que vejo no espelho	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXO A – Questionário	42

1 INTRODUÇÃO

Os estereótipos são as imagens cristalizadas ou idealizadas de indivíduos ou grupo de indivíduos de forma a reproduzir preconceitos (SILVA, 2010, p. 21). É, portanto uma forma de ver o outro de maneira generalista, muitas vezes incorrendo em preconceitos e discriminações. Para Cashmore (2000, p.115), no campo das relações raciais e étnicas, o estereótipo é definido como uma generalização excessiva a respeito do comportamento ou de outras características de membros de determinados grupos.

Dentro da diversidade em que é composta a sala de aula, com a sua pluralidade de sujeitos, temos os alunos e alunas negras pertencentes a um grupo historicamente marcado por práticas discriminatórias e, que durante o seu desenvolvimento, estão expostas a imagens, desenhos, revistas em quadrinhos e livros que, em sua maioria, retratam negros e negras em posição de inferioridade.

Na cor de sua pele, nos seus traços físicos, nos seus cabelos, os negros livres já de há muitas gerações, mesmo miscigenados, frequentemente trazem impressas as suas origens africanas, as marcas de seus antepassados escravos, e assim ficam entregues à possibilidade de serem tratados com desprezo e violências (AZEVEDO, 2004, p.34).

Essa sub-representação pode influenciar negativamente no comportamento e aprendizado, bem como no convívio social. O imaginário das crianças, em sua fase de formação, fica então condicionado a enxergar signos que não representam necessariamente a sua realidade, podendo haver a negação da própria identidade¹. Nas palavras de Giddens (2005, p.43), do nascimento até a morte, estamos em interação com os outros, o que certamente condiciona nossas personalidades, valores e comportamentos. Neste sentido, é preciso meditar sobre a relevância das relações raciais dentro do contexto escolar, promover espaços de pesquisa e reflexões referentes ao tema. Assim como buscar alternativas pedagógicas, tanto de combate ao racismo como da disseminação da história da África, em seus diferentes contextos, ressaltado a importância dos negros e negras para a formação da identidade do nosso país.

1 Segundo Giddens (2005), de modo geral, a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas. Essas compreensões são formadas em relação a certos atributos que tem prioridade sobre outras fontes e significado.

Em face da importância de se atentar ao ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira, que surgiu a Lei n.º 10.639² de 09 de janeiro de 2003 e a Lei 11.645³, de 10 de Março de 2008. O conteúdo das referidas leis trazem a obrigatoriedade do ensino não somente da história e cultura Afro-Brasileira, como também a educação indígena e a inclusão do dia 20 de Novembro como data comemorativa no ambiente escolar. A lei é, sem dúvida, um caminho para a inserção de conhecimentos que visam dar visibilidade e afirmar o protagonismo de negros e negras na formação da história do Brasil, contribuindo para alteração das práticas sociais discriminatórias e confirmando a sua importância na formação do povo brasileiro.

Um dos grandes entraves para a efetividade da aplicação da lei n.º 10.639/2003 é a resistência e a falta de conhecimentos da equipe pedagógica. Essas barreiras têm sido, ao longo do tempo, combatidas por meio de publicações, estudos, pesquisas e cursos de especializações sobre o tema. O educador deve ter consciência do seu protagonismo enquanto agente capaz de lidar com a diversidade e, sobretudo, entender que a memória histórica dos povos africanos pertence a todos e que deve, portanto, ser disseminada com toda a sua riqueza.

Este projeto de intervenção local objetiva verificar qual referência que os alunos do 5º ano do ensino fundamental possuem sobre a cultura negra, no tocante à educação das relações étnico-raciais, e de que maneira a inserção de conteúdos étnico-raciais no ambiente escolar contribuem para a desconstrução de estereótipos raciais dos alunos. Para tanto a intervenção visa investigar a construção da autoimagem dos alunos, atentando para a análise de como eles percebem a cultura negra e quais os efeitos da inserção de atividades com o conteúdo étnico-racial sobre a (des)construção dos estereótipos raciais.

2 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

3 Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

CAPÍTULO I – DA CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

1.1 A Lei nº 10.639/2003 no contexto da diversidade em sala de aula

A obra do MEC, intitulada Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais (2006, p.31), aborda que as crianças apresentam especificidades a serem consideradas. São elas, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), afetivas, emocionais, sociais e cognitivas. Ainda de acordo com a obra, em todas as dimensões do cuidar e educar é necessário considerar a singularidade de cada criança com suas necessidades, desejos, queixas, bem como as dimensões culturais, familiares e sociais.

O ato de cuidar e educar faz com que ocorra uma estreita relação entre as crianças e os adultos. Há aqui o entendimento de que as crianças precisam de educadores afetivos que possibilitem interações da criança com o mundo. Os educadores, por sua vez, devem estar sensíveis às especificidades de cada criança, já que é notável, muitas vezes, o tratamento desigual para com elas, principalmente no que se refere ao material utilizado em sala de aula, estes não são ou não estão adequados a realidade delas. Crianças negras não se veem representadas nestes materiais, logo, há aqui o entendimento da exclusão desde a formação dessa criança para o mundo. E este fato que pode implicar em seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A instituição das leis 10.639 e 11.645 colocou um desafio para mudanças significativas nos currículos escolares, sobretudo levando-se em conta o que versa o seu Art. 26 - A⁴. Diante da pluralidade de nosso povo, com suas múltiplas raízes culturais, étnicas e religiosas, viu-se como necessária a adequação do que é ensinado nas salas de aulas. Antes tínhamos um predomínio do ensino do que era dominante em nossa sociedade, isto é, fruto do

⁴ Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

processo em que o país foi “descoberto” e “invadido” por portugueses, que infringiram desde o início uma dominação pela força e pela imposição de sua cultura, religião e hábitos.

Nas palavras de Silva,

O desafio de cumprimento da lei não atinge apenas as crianças negras, mas também seus professores enquanto educadores e executores da política, desafio que se estende ao educadores de crianças não negras, daquelas que crescem e são educadas em ambientes, mentalidades, sabedoria de raízes étnico-raciais não africanas (SILVA, 2015, p.162).

O ambiente escolar é o local onde o indivíduo deve sentir-se valorizado e, durante muito tempo, o currículo escolar brasileiro retirou o direito de muitos manifestarem a sua cultura e religião. As leis supramencionadas vieram como fruto de reflexão e pressão dos grupos discriminados, todavia ainda se percebe que estão em processo de implantação e que há muitos desafios a serem enfrentados para que haja a institucionalização e universalização das orientações contidas no documento. Silva (2015, p.170) diz ser necessário o envolvimento da comunidade escolar na desconstrução de crenças de que, no Brasil, se vive numa democracia racial, ou seja, não permitindo que a história do Brasil continue sendo escrita no singular, pela visão eurocêntrica.

1.2 Formulação do Problema

O trabalho de pesquisa implica em vários desafios, medos e ansiedades. Trata-se de um exercício de criar condições de aproximação do objeto de estudo para melhor compreendê-lo. Ao entrar na temática das relações étnico-raciais, dentro do contexto escolar, temos o fato de tais motivos se entrelaçarem com o cotidiano vivido em sala de aula que nos conduzem a uma reflexão sobre a temática do racismo, da cultura negra e história da África.

Não são poucas as vezes em que indivíduos negros passam por um processo de negação de sua cor, ocorrendo de maneira mais acentuada na adolescência. Afianl, nessa fase, ser diferente do padrão socialmente estipulado em suas várias dimensões, sejam físicas, social ou étnica é percebido como um peso. Sendo assim, a escola deve ser uma porta aberta para as discussões relacionadas ao racismo e preconceitos étnico-raciais. E, neste processo, a presença mediadora do professor, conduzindo os alunos na busca de novos conhecimentos relacionados à temática, irá contribuir para o fortalecimento do pertencimento étnico-racial.

No entanto, nessa diversidade, nem sempre encontra-se um espaço harmônico, mas sim alguns conflitos, uma vez que cada pessoa, na sua individualidade, traz conceitos e

percepções de fora do ambiente escolar e nem sempre são incentivados a refletir dentro da escola.

Portanto, percebe-se que é na sala de aula que pode acontecer à construção e desconstrução dos estereótipos raciais. Por isso a relevância de ensinar a valorização da cultura negra, de forma a alcançar negros e não negros, promovendo, pouco a pouco, mudanças significativas na forma de como a sociedade se percebem mutuamente. Diante disso, a pergunta que orienta a pesquisa é: Como a inserção de conteúdos étnico-raciais no ambiente escolar contribuem para a desconstrução de estereótipos raciais dos alunos?

1.3 Objetivos Geral e específicos

Investigar a construção da autoimagem dos educandos, atentando para a análise de como eles percebem a cultura negra e quais os efeitos da inserção de atividades com o conteúdo étnico-racial sobre a (des)construção dos estereótipos raciais.

Visando alcançar o objetivo geral, a pretensão é realizar os seguintes procedimentos e ações mais específicas.

1. Promover uma atividade em sala de aula com o contador de histórias Marcos Lopes dos Reis.
2. Aplicar um questionário para os alunos sobre o tema escravidão e preconceito racial
3. Desenvolver, com as crianças, atividades de leitura de textos do livro “ Felicidade não tem cor”, seguida da dinâmica do espelho e uma atividade de desenho.
4. Descrever os resultados

1.5 Justificativa

A lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sofreu uma alteração muito importante com a promulgação em 9 de janeiro de 2003 da Lei nº 10.639/2003. Essa lei introduziu nos currículos da educação básica a obrigatoriedade do estudo da temática “Historia e Cultura Afro-Brasileira”.

A LDB, em seu texto, diz que as relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar

objetivo comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade⁵, na busca da consolidação da democracia.

A lei significa um avanço no sentido de reconhecer a urgência da incorporação no currículo oficial do sistema de ensino, estudo da matriz africana. Toda e qualquer lei só terá eficácia se aplicada na prática. E há indícios de resistência quanto a aplicação da Lei nº 10.639/2003, muitas vezes influenciada por fatores culturais enraizados e discriminações religiosas.

Cidinha da Silva (2003, p.100) diz que a Lei nº 10.639/2003, embora represente um grande passo no caminho de transformação da estrutura curricular da escola, ainda não é o bastante. A autora relata a necessidade da lei ser ratificada no dia a dia pelos docentes que irão lecionar as disciplinas na escola. Mudanças devem ocorrer também na formação docente, pois a autora emenda que deve ocorrer uma capacitação dos professores, sobretudo no modo de como lidar com a nova matéria, devendo esta ser comunicada aos alunos para que os antigos estereótipos e discriminações, no que se refere ao mundo negro, não mais se repetam.

É necessário caminhar rumo à desconstrução de ideias preconceituosas e discriminatórias sobre a presença do negro na sociedade. O caminho para a desconstrução de estereótipos passa necessariamente pela educação de base. Afinal, é na escola que o sujeito se desenvolve, por meio da experiência e convivência com o outro, somado ao contato com novas identidades e culturas.

Deve-se ter em mente, também, que a construção da identidade da criança é formada por vários fatores e agentes. Isto é, desde o ambiente familiar até o contato com as imagens que são apresentadas tanto no meio televisivo, como também por meio de músicas, livros, brinquedos que, geralmente, não retratam a realidade de todas as crianças. Logo, não há a preocupação com a diversidade nesses meios, existe, porém, uma elite representada que, muitas vezes, se reproduzem no ambiente escolar.

É diante desse cenário que reside a importância de se dar visibilidade aos conteúdos étnico-raciais, com um direcionamento diferenciado, e incluir os conteúdos na realidade da sala de aula, para promover a discussão e reflexão por parte dos alunos; ou seja, gerando a mudança de atitudes que construirão um espaço com mais igualdade e com afirmação das identidades.

⁵ Segundo Giddens (2005), de modo geral, a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas. Essas compreensões são formadas em relação a certos atributos que tem prioridade sobre outras fontes e significado.

CAPÍTULO II – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Diversidade racial na educação brasileira

O tema da diversidade racial, no ambiente escolar, ganhou força com a Constituição de 1988, por meio de inclusão em seu texto de artigos que trazem referência a princípios de igualdade e respeito à diversidade. Outro importante documento de reconhecimento da população negra é o Estatuto da Igualdade Racial, criado pela lei N° 12.288/2010. O documento reúne uma série de importantes instrumentos de valorização para que as desigualdades raciais sejam reconhecidas e abordadas em diferentes esferas do governo.

O estatuto prevê ações nas áreas da saúde, educação, cultura, etc. E, no campo da educação, reafirma a importância e obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil dentro dos currículos escolares. Na Cultura, prevê em seu art. 17 que o poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos art. 215 e 216 da Constituição Federal.

A presença de dispositivos legais, no entanto, não significa dizer a sua eficácia, tendo em vista fatores historicamente construídos em nossa sociedade, especialmente os que se referem aos culturais e que, muitas vezes, reproduzem desigualdades e reforçam diferenças. A cultura, segundo Gomes (2003, p.75), diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social.

Embora seja necessário refletir sobre os diversos tipos de culturas, cada uma com a sua especificidade e importância, nota-se a existência de grupos culturais invisibilizados, não representados dentro dos espaços sociais.

É necessário refletir a cultura negra, considerando as lógicas simbólicas, construídas ao longo da história por um grupo sociocultural específico, descendentes de povos africanos escravizados. Historicamente houve a negação da religião, da cultura, crenças e costumes dos povos africanos. Essa negação estende-se ao longo do tempo e reflete ainda, nos dias atuais, as condições de vulnerabilidades a que decorrentes desse processo de exclusão (GOMES, 2003, p. 78).

Dentre os fatores reprodutores de desigualdades, nota-se a presença de estereótipos raciais que Cashmore (2000, p. 195) apresenta como sendo expressões de preconceito contra

grupos em questão. Contudo, à medida que reproduzem uma visão do coletivo, também apresentam um certo valor estatístico e são, portanto, guias moderadamente úteis para a previsão de comportamentos. Isto é, os estereótipos se reproduzem em diferentes cenários, inclusive na sala de aula.

Superar os preconceitos e discriminações raciais no ambiente escolar é um desafio que requer o envolvimento de vários atores e, neste sentido, Munanga (2004, p. 23) aponta como absurdo pensar que os caracteres adaptativos sejam absolutamente “melhores” ou “menos bons”, “superiores” ou “inferiores” que outros. O autor reafirma a necessidade da sociedade buscar pela igualdade e esta deve supor, também, o respeito do indivíduo; à sua individualidade.

De acordo com Silva (2015, p.166) é conhecendo, respeitando e adotando as raízes africanas que mulheres e homens negros se fortalecem para entrar em diálogo com pessoas de outras raízes étnico-raciais.

Para tanto, ainda segundo a autora é necessário,

Prover os envolvidos de materiais e informações que os orgulhem das raízes originárias africanas, que os auxiliem a elaborar linguagem e atitudes de libertação de estereótipos criados a respeito dos negros, linguagem que explicita emancipação, equidade, igualdade, colaboração, criatividade e também protestos consistentes quando necessários (SILVA, 2015, p.166).

Diante disso, é preciso ter em mente o papel do educador no desenvolvimento da diversidade. O educador, neste processo, desenvolve papel central, sendo o responsável por promover um tipo de aprendizagem inclusiva.

Ainda segundo Silva, temos que,

As histórias e culturas que constituem o povo brasileiro devem ser igualmente valorizadas, estudadas do ponto de vista de suas raízes indígenas, africanas, asiáticas, europeias. E certamente esse é um esforço complexo, exige desconstruir ideias preconcebidas, abolir atitudes desrespeitosas, aprender a respeitar, compreender e articular distintos pontos de vista, visões de mundo, experiências de vida, construções de espiritualidade, de pertencimentos étnico-raciais (SILVA, 2015, p.170).

Assim, é viável afirmar que a aprendizagem se constrói a partir da interação educador, educando e família, incluindo no processo o contexto histórico e as subjetividades. Dessa forma, é possível dizer que cada ser humano contribui de certa forma para a mudança do contexto social, formulando suas próprias ideias a partir de suas experiências e da partilha de conhecimentos.

2.2 Era uma vez...

A educação escolar envolve diversas ferramentas e técnicas utilizadas pelos educadores no sentido de contemplar diversas formas de aprendizado pelos alunos e alunas. Dentre as técnicas utilizadas temos a contação de histórias que permitem a criação de cenários no imaginário infantil.

Para Bernadino *apud* Moura (2008, p.365), o significado de escutar histórias é muito amplo; é uma verdadeira possibilidade de descobrir o mundo imenso dos conflitos, das dificuldades, dos impasses, das soluções, e assim até poder esclarecer melhor ou encontrar um caminho possível para a resolução deles. Sendo assim, atividade de contação de história pode ser uma ferramenta para introduzir temas e histórias africanas e de conteúdo voltado às relações étnico-raciais, isto é, de valorizar algo o que é muito forte na cultura africana que é a tradição oral.

Os contadores de história nasceram com a humanidade. Falar sobre e encadear acontecimento, acrescentando-lhes uma interpretação, são atributos humanos. Usar o corpo para acentuar e definir a expressão do pensamento pertence aos artifícios da comunicação entre os seres. O contador reúne duas qualidades: a capacidade de narrar e de representar – com a voz, o olhar e os gestos – essas narrativas (COSTA, 2009, p.87).

Outra atividade realizada na educação infantil, na qual é possível alcançar muitos resultados, especialmente para revelar o que a criança não consegue expressar por meio de palavras, é a atividade do desenho. Vigostski (2007, p.135) diz que inicialmente a criança desenha de memória e quando libera os repositórios da memória através do desenho, ela o faz à maneira da fala, contando uma história. O autor faz a seguinte observação sobre o desenho:

O desenho das crianças se torna linguagem escrita real, através de experimentos em que atribuímos às crianças a tarefa de representar simbolicamente algumas frases mais ou menos complexas. Nesses experimentos, ficou absolutamente clara a tendência, por parte das crianças em idade escolar, de mudar de uma escrita puramente pictográfica para uma escrita ideográfica, em que as relações e significados individuais são representados através de sinais simbólicos abstratos (VIGOSTSKI, 2007, p.137).

Para Piaget (2011, p.61) o desenho é uma forma de função semiótica que se inscreve a meio caminho entre o jogo simbólico, que apresenta o mesmo prazer funcional e cuja mesma autotelia, e a imagem mental, com a qual partilha o esforço de imitação do real. As imagens mentais, segundo o autor, se dividem em imagens reprodutivas, que diz respeito a evocar

espetáculos já conhecidos e percebidos anteriormente e as antecipadoras, que imaginam movimentos ou transformações, assim como seus resultados, mas sem ter assistido anteriormente à sua realização.

Os caminhos para o educar, exige criatividade do educador em explorar vários sentidos, especialmente quando se trabalha com temas como o das relações étnico-raciais, pois como bem diz Silva (2007, p. 491) tratar de ensinos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder.

CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO METODOLÓGICA

3.1 Métodos e Técnicas de Pesquisa

A metodologia de pesquisa tem como objetivo apresentar os instrumentos necessários para a realização do trabalho de pesquisa, buscando a construção dos conhecimentos acadêmicos de forma a favorecer-lhes uma leitura e escrita mais eficientes, por meio da pesquisa e redação com embasamento científico elaborados segundo normas vigentes.

Essa pesquisa estuda as relações étnico-raciais com foco em negros e negras no ambiente escolar, envolvendo reflexões com os alunos com o intuito de perceber como ocorre a valorização da diversidade e os subsídios sobre os estudos da História e Cultura Afro Brasileira e Africana pautados na Lei 10.639/2003.

No sentido de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa, de caráter qualitativa, utiliza como técnica a pesquisa bibliográfica que, segundo Lakatos (2010, p.166) “(...) abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”. Para tanto a busca dos conteúdos foi feita a partir de livros, revistas, sítios na internet e repositórios institucionais.

Sabendo-se que a educação escolar precisa aplicar a Lei 10.639/2003 e que pouco se tem avançado no cumprimento da lei, esta pesquisa possui uma relevância social por realizar uma intervenção de modo a alterar essa realidade e sugerir caminhos para o favorecimento de uma sociedade menos hierarquizada e que respeite e valorize as diferenças.

Segundo Rocha e Aguiar (2003, p. 68),

Na pesquisa-intervenção, a ênfase está na desnaturalização das práticas e das instituições, ou seja, o questionamento e desconstrução do que é tido como natural. Temos uma análise feita a partir de um tema, uma cena, uma pessoa, um acontecimento, ou qualquer coisa que a produza. Os autores dizem ainda que a pesquisa-intervenção busca investigar a vida das coletividades na sua diversidade qualitativa. Intervir é criar dispositivos de análise coletiva.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

A escola Classe 01 INCRA 08, criada em 1º de março de 2006, sob a direção de Maria Deládia de Oliveira, surgiu para atender a novas demandas da Comunidade da Zona Rural da região de Brazlândia, alunos residentes no INCRA 06, 07, 08 e 09 e áreas próximas. A criação da escola permitiu um aumento no número de alunos atendidos pela rede pública, ampliando

de 19 para 36 turmas, atendendo níveis de educação infantil, ensino fundamental (1º ao 5º ano) e Ensino Especial, este último visando ampliar a inclusão de crianças com necessidades especiais, contribuindo com a formação de conceitos étnicos e respeito às diferenças.

Segundo o seu Projeto Político Pedagógico, o princípio norteador a coletividade, com o envolvimento de toda a comunidade escolar, permitindo interação nas atividades escolares. A escola Classe 01 INCRA 08 objetiva sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação e da gratuidade escolar.

3.3 População e amostra ou participantes do estudo

O projeto de intervenção foi desenvolvido com crianças do 5º ano, em uma turma constituída por crianças com idade média entre 9 e 10 anos, tendo ainda alunos em idade mais avançada. A classe totaliza 31 alunos, compostos por 18 meninos e 13 meninas, dos quais 8 possuem fenótipos que as caracterizam como negras. A escolha dessa amostra foi feita devido a minha atuação enquanto professora da turma e devido, também, à heterogeneidade da turma, o que vai permitir traçar um retrato mais detalhado de como os alunos lidam com a diversidade étnico-racial.

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

O instrumento de pesquisa escolhido foi a intervenção por meio da técnica de investigação social composta por um conjunto de ações submetidas aos alunos de modo a evidenciar conhecimentos, crenças, sentimentos, valores e interesses. Para tanto foi realizada em quatro momentos distintos que relato a seguir.

O primeiro momento foi a busca por um educador, externo à comunidade escolar, para adentrar no ambiente trazendo uma atividade de palestra seguida de contação de histórias. Localizei o educador Marcos Lopes que se prontificou em apresentar uma atividade em sala de aula. Marcos é educador e contador de histórias e atua em escolas públicas do DF apresentando a atividade intitulada “Caminhos para uma educação antirracista.”

O segundo momento constituiu-se da aplicação de um questionário aos alunos para coletar informações sobre o conhecimento da turma sobre o tema escravidão no Brasil, sobre

a Cultura Afro-Brasileira, representação do negro e sobre a opinião deles sobre a importância do estudo da cultura negra em sala de aula.

Em um terceiro momento, foi realizada a busca de materiais que abordassem o tema da comunidade negra e do preconceito em suas diversas formas. Logo, optou-se por trabalhar o livro intitulado “Felicidade não tem cor” de Julio Emilio Braz. A atividade de leitura foi realizada durante cinco dias, nos primeiros quatro dias apresentei trechos do livro e no quinto dia realizei uma dinâmica de grupo tendo como objetivo o despertar a valorização do negro em cada um.

Para finalizar as atividades de intervenção, logo após a leitura e discussão do livro, realizei a dinâmica do espelho, na qual foi colocado um espelho escondido dentro de uma caixa e solicitei que os alunos ficassem em silêncio. Em seguida, orientei que um por vez se dirigisse até a caixa, olhassem dentro dela e voltassem para seu local. Após todos realizarem o procedimento, levantou-se uma discussão sobre o que cada um viu e, então, fiz a seguinte pergunta: É preciso ser branco para ser feliz? Em seguida solicitei aos alunos que fizessem um desenho de seus rostos e sugeri que eles se retratassem como pretos, com o objetivo de verificar a capacidade do aluno não negro se colocar no lugar do outro e, ao mesmo tempo, de verificar se os alunos negros se identificariam como tais.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se neste capítulo os resultados das intervenções realizadas. Essas atividades foram pensadas e executadas de forma que se complementassem, permitindo a me levar ao entendimento de como as crianças percebem a cultura negra e quais os efeitos da inserção de atividades com o conteúdo étnico-racial sobre a (des)construção dos estereótipos raciais. Dessa forma optei por uma atividade lúdica ao final, que permitiu que as crianças se expressassem em por meio do desenho. Esperou-se que o conjunto de atividades impactassem positivamente as questões raciais de forma a explicitá-las e valorizá-las, contribuindo para a transformação da realidade dentro e fora da sala de aula. Descrevo a seguir resultados e discussão relacionadas as quatro atividades realizadas.

4.1 Contação de histórias

A chegada de Marcos na sala de aula logo despertou a atenção e curiosidade das crianças que prontamente de prontificaram a escutá-lo. Com muita habilidade e um jeito especial de abordagem, Marcos apresentou aos alunos a história de Zumbi dos Palmares, seguida de uma abordagem sobre os estereótipos e os diversos personagens apresentados em livros infantis e infanto-juvenis que, em sua maioria, apresentam uma versão estereotipada da história de negros e negras. Falou sobre a obra de Monteiro Lobato e toda a polêmica sobre seu conteúdo racista, provocando uma reflexão por parte dos alunos.

O educador explicou que a escola é o local onde há espaço para desconstruir esses estereótipos, onde todos têm o direito de ser diferentes e aprender com a diversidade, sem preconceito. O processo em que o Brasil foi “descoberto” implicou em um série de ações por parte dos exploradores, que não contentando-se em invadir um território ocupado por índios, obrigando-os ao trabalho forçado, ainda trouxe de forma forçada e desumana os povos de origem africana, escravizando-os e submetendo-os a tratamentos desumanos. E mesmo depois da abolição não foi dada as condições de igualdade a esses povos que apesar de marginalizados, reagiam entregando-se à arte e usando-a como arma contra o regime ao qual eram submetidos.

Marcos contextualizou o racismo e o preconceito, falou sobre *bullying* e sobre como os meios de comunicação dissemina o racismo, ou invisibilizam negros e negras, falou ainda da vulnerabilidade da população negra e dos indicadores sociais sobre a população e sobre o surgimento da lei 10.639/2003 e das dificuldades em se efetivar o cumprimento da lei,

principalmente frente à resistência de alguns educadores. Falou da importância de se comemorar o dia da consciência negra e em seguida abriu espaço para os alunos interagirem fazendo perguntas.

4.2 Questionário

A realização da segunda etapa constituiu na aplicação do questionário (ver anexo I), os dados foram tratados em planilha Excel e foram gerados gráficos para melhor visualização dos resultados. Ao todo foram 28 questionários respondidos.

Em relação à pergunta se o aluno sabia de alguma informação sobre o período de escravidão no Brasil, dos 28 questionários respondidos, 10 alunos disseram que não conheciam informações sobre o período da escravidão. Isso corresponde a 36 % do total. Dezoito alunos, correspondente a 64% do total, disseram saber informações e alguns descreveram o que sabiam. Dentre os relatos trazidos pelos alunos, destaco que muitos lembraram os maus tratos, o trabalho forçado e as mortes, e destacaram que foi um período de muito sofrimento para os negros. Outros relataram os diferentes modos de vida e costumes trazidos pelos negros e da necessidade do respeito.

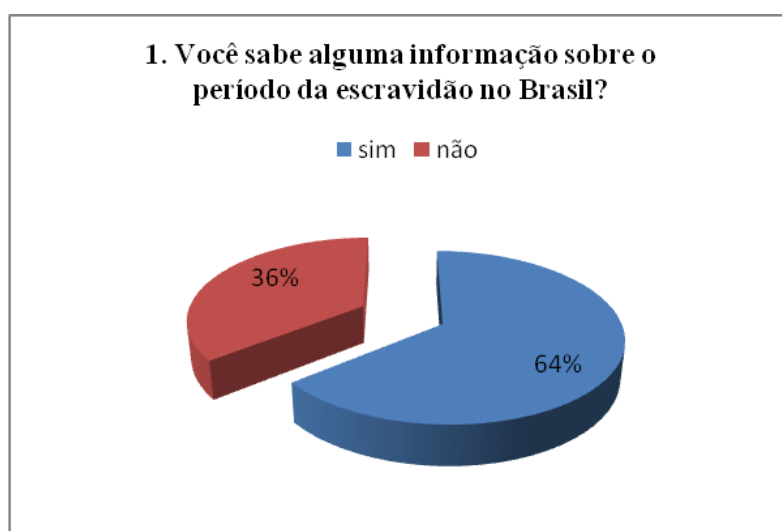


Gráfico 1: Informação se sabe sobre escravidão no Brasil
Fonte: Pesquisa Direta (2015)

Quando perguntados se conheciam algum personagem negro apenas 4% dos alunos responderam que não conhecia e 96% responderam que sim e citaram, em sua maioria, Zumbi dos Palmares e Saci-Pererê.



Gráfico 2: Informação sobre personagens negros
Fonte: Pesquisa Direta (2015)

Em relação ao questionamento sobre a cultura negra, 75% dos alunos disseram saber informações sobre a cultura, no entanto quando perguntados sobre o que sabiam, a maioria não soube citar exemplos e os que souberam citaram a capoeira.

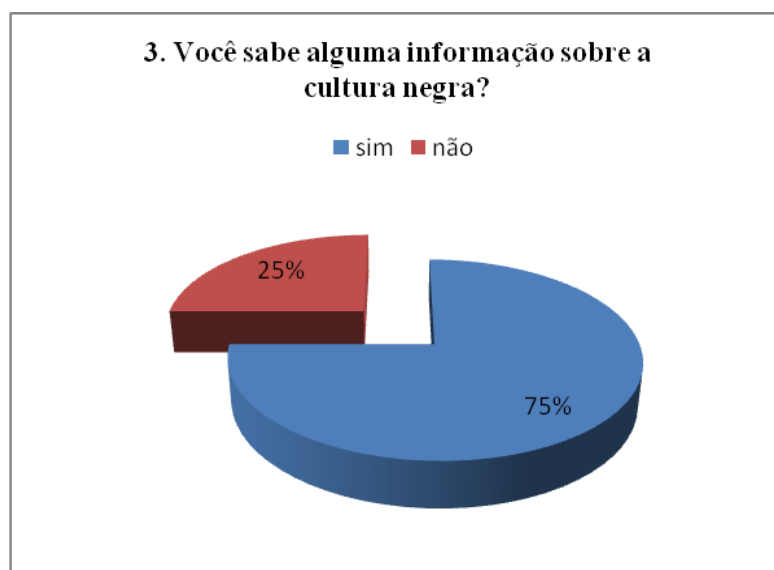


Gráfico 3: Informação sobre cultura dos negros
Fonte: Pesquisa Direta (2015)

Quando perguntados se já ouviram alguém apelidando negros, 86% dos alunos responderam que sim. Citaram como apelidos macaco, negão da papuda, preto nojento, café, Pelé, pretão, chocolate, pão queimado. Apenas 14% disseram não conhecer apelidos.

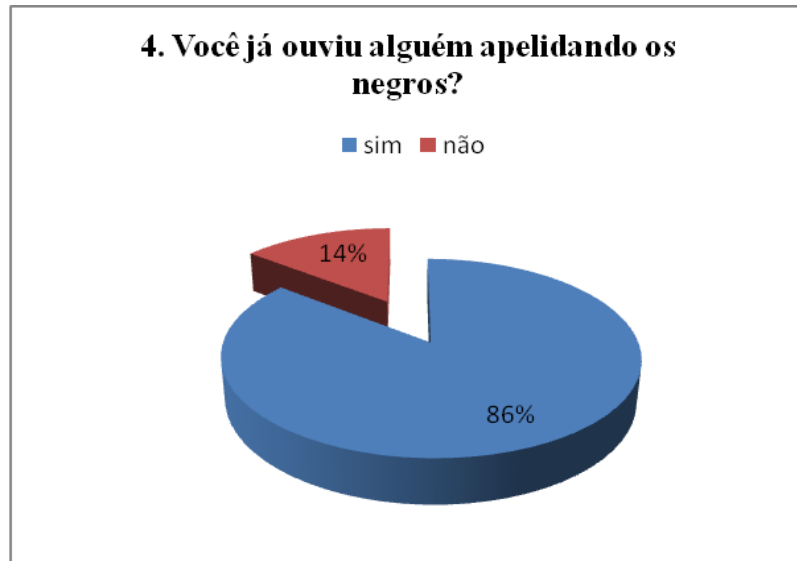


Gráfico 4: Informação sobre apelidos para os negros
Fonte: Pesquisa Direta (2015)

Sobre a pergunta se já tinham sofrido algum tipo de preconceito, 57% dos alunos disseram que sim e 43% disseram nunca ter sofrido. Em relação ao tipo de preconceito citado pelos alunos, a maioria refere-se a apelidos diversos, não necessariamente relacionados ao tom da pele, e somente um aluno evidenciou em seu relato ter sofrido preconceito por ser negro.

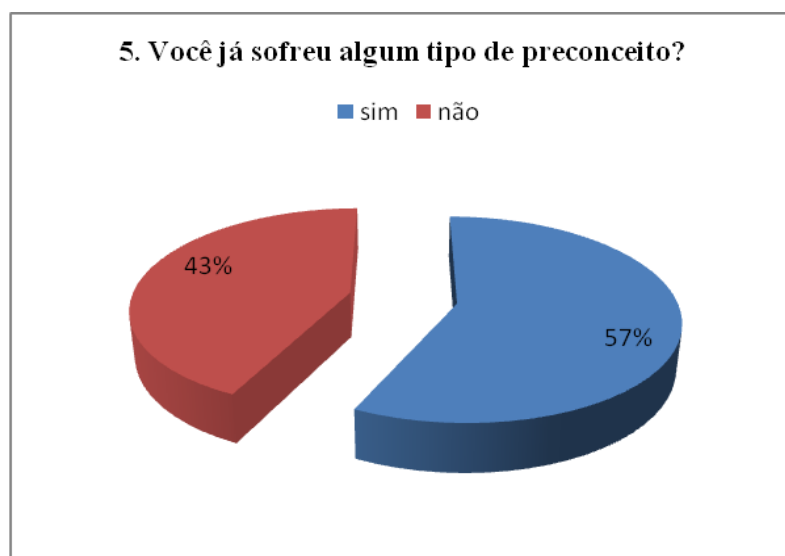


Gráfico 5: Informação sobre terem sofrido preconceito
Fonte: Pesquisa Direta (2015)

Ao serem perguntados sobre a importância do ensino da cultura negra em sala de aula, 89% falaram que é importante e 11% disseram não ser importante. A maioria dos que disseram ser importante não souberam explicar o porquê e outros disseram que é importante para conhecer e aprender a respeitar a cultura.

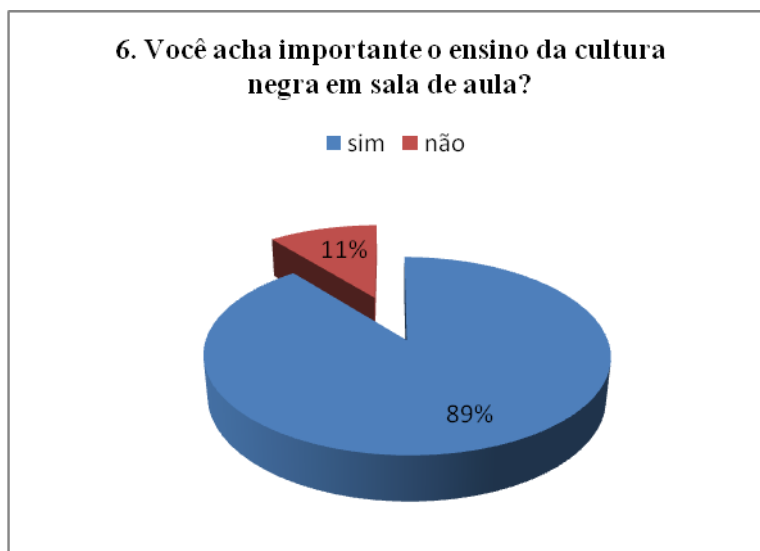


Gráfico 6: Informação sobre o ensino da cultura negra
Fonte: Pesquisa Direta (2015)

A última pergunta foi sobre a opinião dos alunos da existência de racismo em sala de aula, 68% disseram que sim e relataram a existência de falta de respeito entre os colegas. 32% falaram que não.

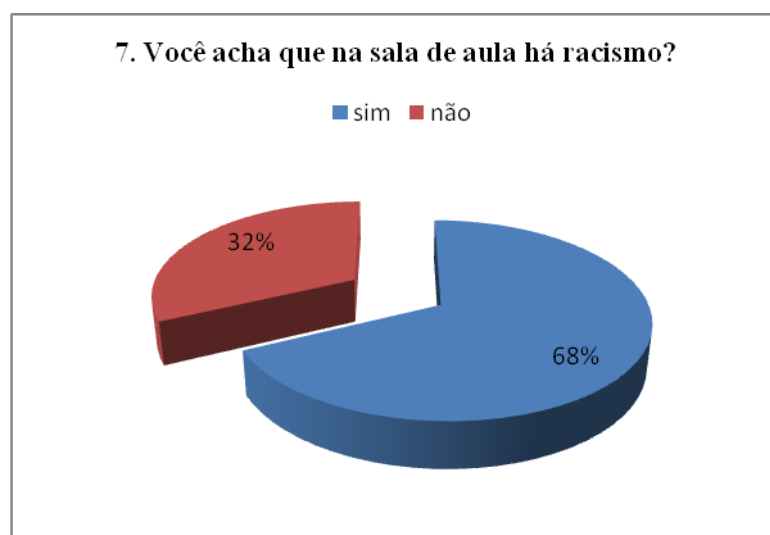


Gráfico 7: Informação se acham que há racismo na sala de aula
Fonte: Pesquisa Direta (2015)

4.3 Felicidade não tem cor

Na aula posterior à aplicação do questionário, iniciei a leitura e discussão do livro “Felicidade não tem cor”, do autor Júlio Emílio Braz. O livro apresenta a história de um de

seus sentimentos em relação a seus colegas e a sua família, abordando o tema preconceito que se apresenta em diversas atitudes, algumas quase imperceptíveis por serem rotineiras.



Figura 1: Capa do livro

O livro conta a história do menino Fael, que devido a ter sofrido muito preconceito, tinha como maior sonho o de ser branco. Em um dos trechos do livro temos o seguinte relato de Fael:

Eu queria ser branco. Se eu fosse branco, ia ser diferente. Todo mundo ia gostar da gente. Eu já falei pro meu pai que o Michael Jackson sabe como a gente faz isso. Papai achou engraçado. A mãe também. Disse que o Michael Jackson é bobo e chato, mas eu não acho ele bobo e chato, não. Ele foi sabido. Agora que ele é branco todo mundo gosta dele. Nem implica com a gente. Ninguém diz coisa feia pra gente (BRAZ, 2002, p.9).

O desejo de Fael de tornar-se branco o levou a buscar ajuda na rádio Roda Vida, na qual ele achava que iria conseguir o endereço de Michael Jackson. Chegando lá ele encontra o locutor Cid Bandalheira, tão negro quanto ele. Cid era um locutor muito famoso e Fael se assustou ao encontrá-lo em uma cadeira de rodas, pois sempre imaginou que o locutor era um grande dançarino, pois nas transmissões da rádio, sempre se ouvia sons de sapateado.

Fael explicou ao locutor o motivo de sua ida a rádio. Disse que queria tornar-se branco como o Michael Jackson, já que não queria mais ser chamado de carvão. Cid explicou a Fael sobre o preconceito que algumas pessoas sofrem, disse que o preconceito se manifesta em várias ações. Em um dos trechos o locutor diz que “preconceito é achar que bom é aquilo que as pessoas dizem que é bom e não o que nós achamos que é”. Foi por meio desse diálogo

que Fael compreendeu que o fato de ser negro não faz dele inferior, e que as diversas formas de preconceitos devem ser combatidas.

A atividade da leitura do livro se revelou muito produtiva, uma vez que houve a interação dos alunos e discussões sobre o tema do preconceito. Muitos alunos refletiram sobre a questão da cor e concordaram com a reflexão de Fael de que não é preciso ser branco para ser feliz.

4.4 O que vejo no espelho

Após a leitura e discussão do livro, passei para a atividade intitulada “o que vejo no espelho”. Durante a realização da dinâmica, observei a reação dos alunos ao verem a própria imagem dentro da caixa de presente. Muitos alunos sorriam e ficavam felizes e surpresos ao se observarem, já alguns não apresentavam reação. Para finalizar, logo após a atividade do espelho, solicitei que os alunos fizessem um autorretrato, na qual pedi que todos se retratassem como negros. Segundo Piaget, o desenho é

Uma das manifestações semióticas, isto é, uma das formas através das quais a função de atribuição da significação se expressa e se constrói. Desenvolve-se concomitantemente às outras manifestações, entre as quais o brincar e a linguagem verbal (PIAGET, 1971, p. 52).

Por meio dos desenhos os alunos podem observar e expressar detalhes que algumas vezes eles não expressam de forma verbal e que também não são percebidas em seu comportamento. O desenho é, portanto, um canal de comunicação na qual a criança externa por meio de representação a sua realidade:

(...) Então, se pretende uma educação transformadora e não reprodutora do mundo e das relações interpessoais que aí estão, é preciso jogar criativamente e experimentar novas regras, na busca do divergente, do ridículo, daquilo que, a priori, não tem por quê nem pra quê, mas que permite criar novos significantes. (...) assim é desejável: brincar com o contrário, o de trás para a frente, o invertido; jogar com ordens e contra-ordens; provocar mudanças de lugar, de ordem, de nomes, de situações; brincar de votar e escolher representantes, leis, funções; elaborar regras e sanções coletivamente, na classe; ensinar regras de jogos tradicionais e depois modificá-las (SCHWARTZ, 2004, p. 13).

A atividade do desenho, provocou nos alunos não negros a prática de brincar com o contrário, de reproduzir-se com uma característica diferente. Uma forma de desconstruir o branqueamento, já que reproduzir-se enquanto branco é prática comum, inclusive entre os

sujeitos negros que muitas vezes reproduzem características que não são as suas. Já para os alunos negros, foi uma oportunidade de reafirmação de suas identidades ou em alguns casos da negação dela.

A atividade de fazer um desenho, reproduzindo características que não são necessariamente as deles, foi uma oportunidade de despertar nos alunos diversos sentimentos que nas palavras de Schwartz (2004, p.4) se insere como uma atividade lúdica. Isto é, uma forma de lidar com a segurança, o incerto, o medo e a coragem, a perda e o ganho, o prazer e o desprazer, o sério e o cômico, a objetividade e a subjetividade. Apresento a seguir 6 desenhos que julguei serem representativos para demonstrar os resultados da atividade.



Desenho feito por uma aluna negra. Percebe-se que ela não retratou-se de forma a apresentar as suas características reais e nem tampouco se pintou como negra conforme solicitado.

Figura 2: Autoretrato 1

Aluno não negro retratou-se conforme as próprias características, não chegando a se pintar como negro. Percebe-se aqui certa resistência de se imaginar como negro.



Figura 3: Autorretrato 2



Figura 4: Autorretrato 3

Aluna negra retratou-se conforme suas próprias características.

Aluno negro retratou-se conforme suas próprias características.



Figura 5: Autorretrato 4



Figura 6: Autorretrato 5

Aluna negra retratou-se conforme suas próprias características.

Aluno negro, não retratou-se conforme suas características, percebi aqui a representação de características que não reproduzem as do aluno.



Figura 7: Autorretrato 6

A atividade foi realizada com 28 alunos, dentre os quais 9 alunos são negros e 19 alunos não são negros. A maioria dos alunos negros (21%), conseguiram realizar o desenho e reproduziram suas características, enquanto que 11% deles não conseguiram se desenhar negros, reproduzindo características mais próximas de não negros. A proporção de alunos não negros que conseguiram reproduzir um desenho com características de negros foi de 36% e de alunos que não conseguiram se desenhar enquanto negros foi de 32%. Proporcionalmente o que se notou foi uma certa resistência de alunos não negros de se desenharem como negros e uma aceitação do negro em se desenhar como tal.

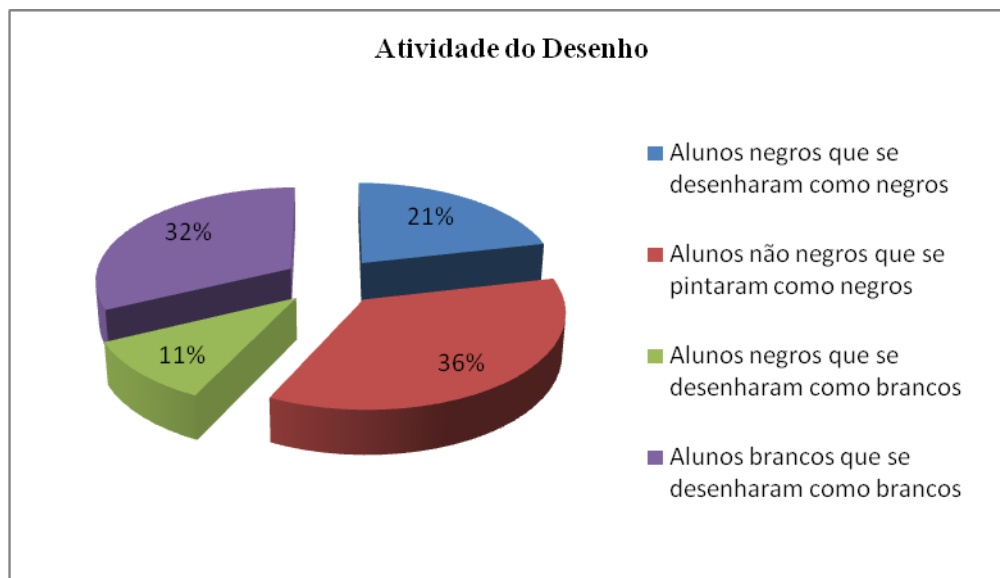


Gráfico 8: Resultado da atividade do desenho
Fonte: Pesquisa Direta (2015)

A atividade do desenho revelou-se muito proveitosa ao incorporar à atividade a situação de trocas de jeitos de ser e viver, de relações de poder (Silva, 2015, p.167), contribuindo assim para provocar nas crianças novas percepções e reflexões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados no projeto de intervenção, de certa forma, não surpreenderam considerando o histórico de desigualdade gerado pela negação social no que se refere as verdadeiras situações a qual os negros estão submetidos. Temos diversas formas de preconceitos com os negros, muitas vezes se manifestando de forma silenciosa e capciosa, e quando presentes desde a infância, tendem a se reproduzir ao longo da vida.

A luta dos movimentos negros e seu protagonismo tem gerado, ao longo do tempo, conquistas significativas, sobretudo no que se refere ao direito à reparação dos danos causados pela escravidão. E uma das conquistas do movimento foi a instituição da lei 10.639/2003. A lei, ao instituir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, significou um avanço, mas também é um desafio porque envolve mudanças de paradigmas, sobretudo do educador não sensível ao tema.

A intervenção foi aplicada na escola classe 01 do INCRA 08, em uma sala do 5º ano do ensino fundamental, na qual tive oportunidade de observar várias situações nas etapas de aplicação das intervenções e as formas como as crianças reagiam a cada etapa. Nesta pesquisa foi utilizada uma metodologia que tinha como objetivo maior apresentar um resultado satisfatório, na qual pudéssemos ter uma noção sobre a visão do educando referente a cultura negra. Por isso, foi utilizada a contação de histórias, questionário, dinâmica do espelho e desenho para desenvolver uma pesquisa mais elaborada e embasada no foco da cultura negra em sala de aula. O intuito principal foi revelar o conhecimento que os alunos tinham sobre as relações raciais, principalmente no ambiente escolar e incluir ações de desenvolvimento de percepções em cada aluno sobre temas como diversidade, preconceito e discriminação, atentando-se também para a questão de identificação e desconstrução de estereótipos raciais.

Os dados obtidos por meio das respostas ao questionário revelaram que, embora os alunos tenham conhecimento sobre a escravidão no Brasil, esse conhecimento é limitado a informações sobre o sofrimento da população negra e que eles pouco revelaram outros conhecimentos, como a histórias dos diversos povos que foram trazidos de forma forçada para o Brasil. Outro fato revelado por meio do questionário é que, não obstante a maioria dos alunos ter respondido que conhecem informações sobre a cultura africana, esse conhecimento ainda apresenta-se limitado a somente alguns aspectos da cultura. A presença de estereótipos também foi revelada no questionário com a afirmação da maioria dos alunos de que conhecem muitos apelidos dados em razão da cor da pele.

É necessário observar que, a intervenção realizada, trouxe em seu conjunto de atividades muitas perspectivas a serem trabalhadas em sala de aula na abordagem das relações raciais. As atividades se revelaram potencialmente educativas, gerando muitas discussões sobre a presença dos estereótipos, bem como demonstrou caminhos para combatê-lo. Percebe-se ainda que, a atitude tanto dos educadores como dos demais profissionais da educação, podem contribuir para uma mudança na forma de se pensar e agir o tema da diversidade racial, sobretudo na introdução de materiais que valorizem a cultura afro-brasileira.

Reforça-se, no entanto, a necessidade do envolvimento da comunidade escolar e, principalmente do educador, para promover intervenções que atendam o ambiente diverso em que é composta a sala de aula, especialmente no que se refere à temática étnico-racial. Logo, espera-se que o professor tenha uma atitude de busca de conhecimentos e metodologias inovadoras de ensino e que experimentem fugir do convencional. Observei que as questões raciais precisam ser melhor trabalhadas, e que isso não implica em somente cumprir o currículo e projeto político pedagógico, mas, sim, envolver a comunidade escolar. Dessa forma, poderão abraçar a temática, sugerir atividades, materiais e métodos para um trabalho que tenha efetividade social, ou seja, que transcenda os muros da escola e se reflitam na sociedade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Kenia Adriana de. **O Nascimento do leitor: Ler, Contar e Ouvir Histórias na Educação infantil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial; Boa Esperança, MT:EdUFMT, 2012.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco: O Negro no imaginário das elites século XIX**. 2ª. Edição. São Paulo: Annablume, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 10.639 de 9 de Janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

BRAZ, Júlio Emílio. **Felicidade não tem cor**. 2.ed. São Paulo. Moderna. 2002.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Sumus, 2000.

COSTA, Marta Moraes da. **Literatura, leitura e aprendizagem**. 2.ed. Curitiba, PRIESDE Brasil S.A., 2009.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista brasileira de educação, n.23, 3003, p.75-85.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas**. Educação e Pesquisa, Brasil, v. 29, n. 1, p. 109-123, jun. 2003. ISSN 1678-4634. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27902>>. Acesso em: 04 Out. 2015.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MOURA, Denilda (org). **Os desafios da língua: Pesquisa em língua falada e escrito**. Maceió: edufal, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2º edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____ **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Cadernos Penesb 5 (2004): 16-34.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** 2.ed. Salvador: EDUFRA, 2010.

SILVA, Cidinha da (org). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras.** São Paulo: Summus, 2003.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves et al. **Crianças negras entre a assimilação e a negritude.** Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 161-188, 2015.

SCHWARTZ, Gisele Maria (org). **Dinâmica Lúdica: novos olhares.** Barueri, SP: Manole, 2004

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____ **A Psicologia da criança.** 5.ed. Rio de Janeiro. Difel, 2011.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológico superiores.** 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANEXO A – Questionário**Escola Classe 1 Incra 8**

Turma 5º ano C

1) Você sabe alguma informação sobre o período da escravidão no Brasil?

() Sim () Não

2) Você já ouviu falar em algum personagem negro?

() Sim () Não

3) Você sabe alguma informação sobre a cultura negra? Qual?

() Sim () Não

4) Você já ouviu alguém apelidando os negros? Quais os apelidos

() Sim () Não

5) Você já sofreu algum tipo de preconceito? Qual?

() Sim () Não

6) Você acha importante o ensino da cultura negra em sala de aula? Por que?

() Sim () Não

7) Você acha que em sala de aula há racismo? Por quê?

() Sim () Não
